

O ADMINISTRADOR NÃO- JUSTO

Luc. 16:1-17

1. Disse Jesus também a seus discípulos: "Certo homem era rico e tinha um administrador, e este lhe foi acusado como dilapidador de seus bens.
2. E tendo-o chamado, perguntou-lhe: "Que ouço dizer de ti? Presta conta de tua administração, pois não podes mais administrar".
3. Disse o administrador consigo mesmo: "Que farei, porque meu senhor me tira a administração? Não tenho forças para cavar, tenho vergonha de mendigar ...
4. Sei o que farei para que, quando for removido da administração, me recebam em suas casas".
5. Tendo chamado cada um dos devedores de seu senhor, disse ao primeiro: "Quanto deves a meu senhor"?
6. Respondeu ele: "Cem cados (1) de azeite". Disse-lhe então: "Pega tua fatura, senta-te já e escreve cinquenta".
7. Depois perguntou a outro: "E tu, quanto deves"? Respondeu ele: "Cem coros (2) de trigo". Disse-lhe: "Pega tua fatura e escreve oitenta".
8. E o senhor louvou o administrador não justo, porque procedeu prudentemente; porque os filhos deste eon são mais atilados para com sua geração, do que os filhos da luz.
9. E eu vos digo: Fazei para vós amigos da riqueza não justa, para que, quando vos faltarem, vos recebam eles nas tendas do eon.
10. Quem é fiel no pouco, também é fiel no muito; e quem não é justo no pouco, também não é justo no muito.
11. Se pois não vos tornastes fiéis na riqueza vã, quem vos confiará a verdadeira?
12. E se não vos tornastes fiéis no alheio, quem vos dará o que é vosso?
13. Nenhum empregado pode servir a dois senhores: porque, ou aborrecerá a um e amará o outro; ou se unirá a um e desprezará o outro. Não podeis servir a Deus e às riquezas.
14. Ouviam tudo isso os fariseus, que eram amigos do dinheiro, e caçoavam dele.
15. Disse-lhes Jesus: "Sois vós que vos justificais perante os homens, mas Deus conhece vossos corações; pois é abominável diante de Deus.
16. A lei e os profetas (foram) até João: desde então o reino de Deus é alegremente anunciado, e todos forcejam para ele.
17. Mas é mais fácil passarem o céu e a terra, do que cair um til da Lei".

Mais uma vez Jesus se dirige a Seus discípulos. No entanto, como havia elementos estranhos ao colégio iniciático por perto (cfr. vers. 14) , utiliza, como de hábito, uma parábola. Talvez mais tarde a tenha explicado em particular ao grupo.

O exemplo escolhido é de um mordomo ou administrador (em grego ecônomo) que se demonstrou infiel para com seu senhor. E as falcatruas chegaram aos ouvidos do amo, pelo que este, agindo corretamente, afirma que ouviu acusações sérias, e portanto pede que lhe sejam apresentadas as contas, pois, caso se verifique o acerto da acusação, não poderá mais gerir seus bens.

O verbo diabállô tem o sentido de "acusar", embora também aceite o sentido de "caluniar" (cfr. Dan. 3:8, 9 e 2.º Mac. 3:11). Desse verbo vem o adjetivo diábolos, que é o "acusador", o "adversário" que acusa ou calunia, ou seja, a matéria que se opõe à espiritualização, o "Anti-Sistema" (P. Ubaldi) ou pólo negativo, em que mergulha a Centelha ou Mônada.

O parabolista não esclarece (nem interessa à história) a espécie de desonestidade do mordomo, se era simples má gestão ou real malversação dos bens para proveito próprio. A continuação da parábola demonstra inclusive a que ponto podia chegar: falsário.

O administrador estava tão convicto da verdade das acusações, que não cogita aproveitar-se do ensejo de defesa que o patrão lhe coloca à disposição: apresentação das contas, demonstrando correção. Ao invés, passa logo a cogitar de como sair-se para defender-se depois de despedido.

Resolve aproveitar o curto espaço de tempo que lhe ficou à disposição para organizar seu balanço, a fim de falsificar a escrituração. Mas engaja os devedores em sua falsificação, de forma a tê-los presos a si, impossibilitados de acusá-lo sem que também sejam envolvidos no mesmo crime; e daí, uma vez complicados pela cumplicidade, se verem obrigados a dar cobertura ao mordomo despedido.

O "devedor" (chreôpheilétês) de que fala o texto é aquele que realizou a compra e ainda a não pagou, por ter que fazê-lo apenas 30 ou 60 dias "fora o mês". Modificando a escrituração do balanço, e modificando a fatura de entrega da mercadoria, nada apareceria de errado, embora toda a transação fosse desonesta.

O mordomo, ainda investido de suas funções, convoca os devedores, embora cada um seja introduzido em particular, conforme especifica o texto. A cada um é feita, inicialmente, a pergunta de "quanto deve", ou seja é pedida uma "confissão de dívida" explícita para que fique bem clara a transação irregular a realizar-se.

Apenas dois exemplos são dados. As medidas utilizadas, bem estudadas no artigo do Pe. Barrois, "La Métrologie dans 1a Bible", publicado na "Revue Biblique" de 1931 (pág. 212), são bem diferentes uma da outra. O batos (do hebraico bâth) tem 39.384 litros ao passo que o coros (do hebraico kôrs) tem dez vezes mais, isto é, 393.384 litros. Arredondando, os cem batos correspondem a 4.000 litros, enquanto os cem coros correspondem a 40.000 litros. Daí os primeiros CEM terem sido reduzidos à metade, num abatimento de 2.000 litros; ao passo que os segundos CEM só foram reduzidos de 20%, isto é, de 8.000 litros. As dívidas, portanto, desceram de 4.000 para 2.000 e de 40.000 para 32.000. A redução da segunda dívida de 50% seria muito forte e, talvez, não teria sido aceita pelo próprio devedor, temeroso de ser descoberto.

"Nada há de oculto, que se não venha a conhecer": o senhor descobriu a falcatura do mordomo, não se diz como. E reconheceu que o administrador foi atilado e agiu com prudência, embora continue denominando-o "não-justo" (adikías).

Até aqui a parábola. Seguem-se as considerações do Mestre aos discípulos, dando a interpretação mais chã (já que falava diante de profanos) e aproveitando a ocasião para aconselhá-los.

Em primeiro lugar, salienta a prudência com que agem os filhos "deste eon" (tóu aiônos toútou) entre si, "em sua geração" (eis tèn geneán tèn heautôn), e lamenta que os "filhos da luz" não utilizem a mesma habilidade para conquistar o "reino dos céus".

Depois vem um conselho em estilo algo confuso, que requer muita atenção, a fim de ser bem compreendido: "fazei para vós amigos da riqueza não justa (Huberto Rohden traduz, com muita propriedade, "riqueza vã") para que, quando esta faltar, vos recebam eles (esses amigos) nas tendas do eon". As traduções correntes aproveitam o sentido de "por meio de", que recebe a preposição grega ek (cfr. Xenofonte, Helênicas, 3, 2, 11 e Anabase, 2, 3,10; Sófocles, Filoctete, 702 e Plutarco, Temístocles, 4), para apresentar: "fazei-vos amigos com

(por meio da) riqueza vã". No entanto, a Vulgata traduz o ek pela preposição latina de: fácite vobis amicos de mammona iniquitatis, conservando a mesma perífrase que o grego. Em inglês usaríamos from, em lugar de by. Observemos que o sentido muda totalmente.

Analisemos.

Fazer amigos por meio da riqueza vã, é utilizar a nossa riqueza para conquistar esses amigos. Fazer amigos da riqueza vã, é conquistar a amizade dos ricos, pelos serviços a eles prestados. Por mais generalizada que seja a primeira interpretação, preferimos a segunda, considerando que os discípulos "filhos da luz" não são, de modo geral, pessoas que abundem de bens terrenos materiais, embora sejam ricos de espírito de serviço e de bondade desinteressada.

Doutro lado, a expressão "quando esta faltar" (hótan eklipêi, no singular, muito mais bem testemunhado que o plural eklípete) pode referir-se às riquezas, dando margem às duas interpretações: se somos ricos e usamos a riqueza para conquistar amigos, quando esta faltar, seremos recebidos por esses amigos a quem conquistamos; ou: se conquistamos a amizade dos ricos, quando o dinheiro nos fizer falta, seremos por eles recebidos. Quer dizer, ambas as interpretações são válidas no contexto. Outros intérpretes chegam mais adiante: quando faltar "a vida", isto é, quando morrermos, abandonando forçadamente as riquezas, seremos recebidos pelos amigos conquistados.

Recebidos aonde? "Nas tendas do eon" (eis tãs aiôníous skênás). Também aqui entendemos nas "casas deles", nas residências do eon, do século, do mundo, da matéria; embora a maioria dos exegetas prefira traduzir aiôníous por "eternas": seremos recebidos "nos tabernáculos eternos", isto é, nas casas celestiais.

A interpretação corrente, pois, é que: se conquistarmos amigos por meio de nossas riquezas, dando esmolas, os que receberem essas esmolas se tornarão nossos amigos e nos receberão "no astral", quando lá chegarmos desprovidos de tudo, já que as riquezas ficaram na terra. Não chegamos a entender, positivamente, esse jogo de interesses, de querer "comprar" um lugar no "astral" ou no "céu", por meio das riquezas terrenas, como se evolução espiritual fosse coisa comprável com dinheiro.

Daí nossa preferência por "tendas de eon", ou seja, casas terrenas, do "século", do qual são "filhos" os homens atilados, e onde podem eles agir como "donos" da situação. E não no "astral" ou "céu", onde pouco devem poder os que vivem na matéria e para a matéria.

Quanto ao vocábulo "riquezas", é tradução do aramaico mammona, que tem o sentido de "confiado, depositado, ganho", conforme fala também Agostinho (Patrol. Lat. vol. 34 col. 1290): *lucrum púnice mammona dicitur*, isto é, "em cartaginês o lucro é chamado mamona".

Seguem-se duas frases em estilo axiomático: fidelidade ou desonestidade são qualidades que não dependem de medida: o fiel e o desonesto o são tanto nas coisas mínimas como nas máximas: é uma atitude intrínseca, congênita na pessoa.

A conclusão imediata é que, se alguém não se tornou fiel na riqueza vã (nos bens materiais) tampouco merece confiança para receber em depósito as riquezas verdadeiras (espirituais), pois não sendo fiéis no alheio, não terá oportunidade de receber o que lhe é próprio.

Chega, então, a conclusão geral: impossível servir a Deus e às riquezas. Repetição do que já foi dito antes (Mat. 6:24).

Os fariseus, ditos aqui "amigos do dinheiro" (philárgyroi) já que consideravam os bens materiais como um dom divino em recompensa da fidelidade à lei (Deut. 28.1-14), só podiam ter uma atitude em relação a esses ensinamentos: zombaria.

Mas Jesus responde que eles se dizem e se fazem justos perante os homens, mas por conta própria, porque Deus conhece "os corações deles". E acrescenta que tudo o que é julgado grande pelos homens, para Deus não passa de coisa abominável. Interessante observar que o termo grego bdélygma é o que se renega "por causa do fedor".

Segue-se a afirmativa que "A lei e os profetas até João", sem verbo, que geralmente é suprido por "duraram" ou "vigoraram". Entendem alguns que depois de João a Lei e os profetas não mais tem ação, só passando a vigorar o Evangelho, a Boa-Nova. O próprio texto dá a entender isso, afirmando que "desde então o reino de Deus é alegremente anunciado (evaggelízetai) e todos forcejam por penetrar nele.

No entanto, Jesus já afirmara que não veio destruir a lei, mas aperfeiçoá-la (cfr. Mat. 5:17-20).

O final da parábola é categórico: mais fácil é ruírem céu e terra que um "til" (keraía, que é um daqueles sinais minúsculos colocados nos caracteres hebreus, para facilitar a leitura) da lei deixar de ser cumprido.

O Senhor da Terra, isto é, do Planeta, não a trabalha diretamente, mas por meio dos homens, pois as criaturas humanas são as ADMINISTRADORAS dos bens terrenos que lhes não pertencem, mas sim ao Dono da Terra, ao Supremo Governador (a que os hebreus chamam Melquisedec, os hindus Rama ou Naráyana).

Todas as vezes que a criatura que recebe a mordomia dilapida os bens de seu Senhor, utilizando-os em benefício próprio com prejuízo daqueles que também possuem direitos sobre eles; ou quando não os sabe conservar e gerir de forma a multiplicá-los; ou os esbanja em frioleiras e gozos exagerados, em vez de empregá-los em benefício de obras úteis; ou com eles compra terras e as deixa improdutivas, com a idéia egoísta de guardá-las só para si e para os seus; ou os enterra em bancos sem aproveitamento essa criatura está dilapidando os bens de seu Senhor, porque os não está empregando segundo a Vontade Dele, mas sim de acordo com seus caprichos.

Definida esta parte, observemos os ensinamentos da parábola.

O Senhor chama o administrador - a criatura que emprega mal os bens que recebeu em mordomia - e pede as contas, porque chegou a um ponto em que não pode continuar gerindo bens terrenos. É geralmente o momento da desencarnação e aproximação da morte.

Nesses últimos momentos, a criatura se lembra de que realmente agiu com egoísmo. E sabe que vai ter que abandonar não só os bens, mas a própria decisão a respeito deles. Então, só então, se lembra de que há pobres (os pobres são os que entram na Terra como devedores, e por isso não recebem bens para gerir) e resolve diminuir-lhes as dívidas, dando-lhes parte da fortuna que está gerindo, saldando, de um, 50% da dívida, de outro 20% , etc ...

Essas importâncias dadas (ou deixadas em testamento) têm a vantagem, segundo essa criatura, de fazer que os beneficiados lhe demonstrem gratidão no eon futuro. Tinha, pois, muita razão, o Senhor de louvá-lo, pois agira, átiladamente e com prudência. E aqui pode compreender-se plenamente o termo utilizado pelo evangelista: o "administrador não-justo". Lembramo-nos de que os que se aproximam do Caminho foram divididos por Jesus em três classes: os profetas, os justos, e os discípulos (vol. 3).

Aqui é simplesmente citado o caso de alguém que ainda não atingiu o segundo grau: ainda não é justo, o que não significa que seja positivamente "iníquo" nem "desonesto" integralmente. Não percamos de vista que os Evangelhos adotam um linguajar técnico rigoroso de Escola Iniciática (vol. 4). Nem poderia supor-se o contrário de livros especializados e "inspirados". Dizer que o Novo Testamento é escrito em linguagem popular porque seus autores não tinham conhecimentos, é desvalorizar a inspiração do Alto. O sentido de cada palavra é sempre rigidamente empregado dentro da técnica do ensino ministrado pelo Mestre, que era um Hierofante da categoria sublime de Jesus, e da inconcebível e incomensurável sabedoria do Cristo que através Dele se manifesta. Não são obras de ignorantes nem de iletrados: são documentos perfeitos e cientificamente redigidos, embora em alguns pontos os homens os tenham modificado para adaptá-los às suas conveniências. Podemos admitir que seus autores não eram gênios, mas temos que convir que suas mãos eram dirigidas por Inteligências superiores. Não pode conceber-se que obras, destinadas ao

ensinamento profundo da humanidade durante milênios, fossem deixadas ao acaso das incompetências e limitações cerebrais de homens sem cultura. Afirmar o contrário é irreverência e até mesmo blasfêmia inominável.

A continuação do texto vem confirmar esta segunda interpretação. Observemos as frases:

a) "fazei para vós amigos da riqueza vã" (não-justa), isto é, da riqueza terrena material (ou também, "por meio da riqueza vã"), pois, de qualquer maneira, ao terminar o ciclo da vida material, essas amizades perdurarão no ciclo astral e espiritual. As amizades, no ambiente terreno, são sustentadas e alimentadas pelos obséquios, pelos presentes trocados, pelos favores dados e recebidos, o que facilita uma sintonização de interesse mútuo que, com o tempo, se tornará sintonização de vibrações intelectuais e, mais tarde, de vibrações espirituais.

b) "quem é fiel no pouco sê-lo-á igualmente no muito", etc.; verdade substancial, já que honestidade, fidelidade, justiça são qualidades intrínsecas (já o vimos) e independem da quantidade.

c) portanto, ao homem é apresentada a ocasião de exercitar-se e de revelar suas qualidades, e de aperfeiçoá-las, enquanto na matéria, no "pouco" (bens terrenos materiais) para que, se for dada prova de possuir a qualidade mestra da justiça e da fidelidade, lhe seja entregue a riqueza verdadeira. Ponto essencial para não correr-se o risco de dar as riquezas verdadeiras (o conhecimento espiritual) a criaturas ainda incapazes, que poderão transformar-se em "magos negros". Daí a necessidade de escolas com períodos probatórios longos. Daí as numerosas encarnações de experimentação rígida de valores. Só depois de longos séculos de provações em muitos campos, e depois de haver treinado a administração dos bens materiais, pode a criatura ser aceita como discípulo. E, mesmo depois desse passo, chegam os exames, os "passos iniciáticos", as provas rigorosas, a prática, a vivência (páthein, vol. 4), para que, depois de tudo isso, possam ser dados, confiantemente, os graus iniciáticos, até atingir-se o adepto. Se não dermos provas cabais e definitivas de fidelidade na administração sábia dos bens terrenos (e todos os que administram por profissão estão ainda nesse passo), não estaremos aptos a receber o conhecimento da riqueza verdadeira.

d) A mesma idéia é repisada com outras palavras: a fidelidade no alheio é uma garantia para recebermos o que é nosso. Dentro da pura concepção humana terrena, esse conceito é logicamente absurdo. Ninguém experimenta a fidelidade de uma criatura confiando-lhe riquezas alheias para se comprovada a qualidade - entregar-lhe a riqueza própria. Temos, pois, um ensino mais profundo: se não nos tornarmos fiéis no que é dos outros, ou seja, no que pertence aos veículos inferiores, ao planeta físico, aos demais seres que nos cercam, comprovamos não estar aptos a entrar na posse dos bens espirituais, a que temos direito por nossa origem divina. E essa é uma das razões de nossa encarnação na matéria: aprender a governar-nos no que é alheio, mas sem importância capital, até tornar-nos capacitados para recebermos a herança que nos pertence. Ninguém nos dará a riqueza verdadeira (espiritual) a que temos direito, se antes não tivermos atingido a perfeição da justiça naquilo que é material e transitório. Todos os que estão atualmente encarregados de administrar as riquezas materiais, estão se preparando ainda para que no futuro possam entrar na posse na, verdades espirituais. São períodos encarnatórios de treino, indispensáveis para verificação da capacidade intrínseca de cada um. E a VIDA é sábia, e distribui as profissões a cada um, de acordo com o degrau evolutivo que tiver atingido. Que os dirigentes de Escola estejam atentos, pois, em não confiar iniciações àqueles cuja profissão terrena oficial ainda for administração financeira.

e) "não podeis servir a dois senhores". Realmente é impossível dedicar-nos à gestão e conquista de riquezas materiais e ao espiritualismo da busca divina. Claro e lógico. São duas direções opostas. Ninguém pode caminhar ao mesmo tempo para o norte e para o sul. Ninguém pode dirigir-se simultaneamente para o Sistema e para o Anti-Sistema, para o pólo positivo e para o pólo negativo. Questão de orientação fundamental do caminho a ser percorrido. Quem se encaminha na direção do Sistema, fixando-se na Individualidade, aborrece as riquezas; e quem se prende às riquezas para multiplicá-las, a fim de comprar apartamentos, casas de campo, comodidades, conforto, etc., automaticamente desprezará as filigranas espirituais e o desprendimento total, por que precisa agir na zona pesada dos interesses que não admitem sentimentalismos. O esclarecimento final do Mestre acaba com as dúvidas: Deus e as riquezas (posses = Mammona) são pólos opostos. Ou seguimos para a direita, abandonando tudo o que é material e seguindo Cristo, ou para a esquerda, e possuiremos bens terrenos, estando atentos às nossas contas bancárias. Os que nesse campo se aproximam dos espiritualistas, estão exercitando para que, em próximas vidas, possam aprender a renunciar totalmente aos bens terrenos. A intervenção dos fariseus provoca outros ensinamentos.

f) "o que é elevado entre os homens, é abominável diante de Deus": posições, honrarias, títulos, cargos, riquezas, fama, domínio - tudo o que se julga nobre e digno de respeito na humanidade terrena, constitui algo desprezível e "fedorento" (bdélygma) para Deus e para os Seres que já superaram o caminho evolutivo e se encontram no ápice da pirâmide. Deus conhece os corações, porque neles habita, conscientemente impelindo e dirigindo a evolução de cada um. E os que buscam Deus e a evolução, procuram realmente apagar-se no campo terráqueo do Anti-Sistema.

g) A expressão "lei e profetas" exprime o Antigo Testamento, que é o símbolo da personagem terrena; o Novo Testamento é o reino de Deus, que é o campo da Individualidade. Moisés legislou para a personalidade terrena; Jesus para a individualidade espiritual. O reino da personalidade durou até João, que foi o maior entre os "filhos de mulher" (cfr. vol. 1, vol. 3 e vol. 4); ao passo que Jesus é o "Filho do Homem", trazendo à Terra o "Reino de Deus", que é "anunciado alegremente". Portanto, até João ainda vigoravam os preceitos para a personalidade, que perderam sua razão de ser nesse nível, porque foram completados e aperfeiçoados (cfr. vol. 2) pela vinda de Jesus, que os elevou, para aplicá-los e adaptá-los à individualidade.

h) "Todos forcejam para o reino dos céus", exprime a velocidade maior no final da carreira (motus in fine velocior) . Uma vez percebida e compreendida a meta, a criatura envereda com entusiasmo pela senda, forcejando e violentando-se, e percorre o que falta em relativamente menor número de encarnações. Exemplifiquemos grosseiramente: se levava 80.000 encarnações para percorrer de 1 a 80 (à razão de 1.000 em cada passo), levará agora 200 encarnações para caminhar de 80 a 100 (à razão de 10 em cada passo). Essa pressa violenta (como dá a entender o verbo grego bíázô) exprime o esforço de atingir o objetivo o mais depressa possível. Mas jamais nos iludamos de que estamos na "última encarnação". Só poderemos afirmar isso, se tivermos alcançado a evolução que Jesus tinha. Quem a tem?

i) O último ensino é categórico: a LEI se cumprirá. Aqui não há mais referência à lei mosaica, escrita para a personagem transitória, e portanto transitória ela mesma. Trata-se da LEI suprema da evolução, da LEI MAIOR, que não toma conhecimento de privilégios nem de pistolões. Essa, pois, a segunda interpretação que podemos dar à magnífica lição contida na

parábola do administrador não-justo. Outras existirão ainda, pois cada parábola encerra em si ensinamentos de profundidade variável, de acordo com a capacidade de quem a lê.